



Prefeito

FORTUNATI



vice Dr. Cecchini

PLANO DE GOVERNO

COLIGAÇÃO

PORTO ALEGRE SOMOS TODOS NÓS

PTB | PODEMOS | PATRIOTA | PSC

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento impar em nossa cidade. A pandemia mudou as nossas vidas, nosso jeito de enxergar o mundo, a relação com as pessoas e também com o poder público. É inegável que, para o bem e para o mal, as decisões de quem está à frente dos governos municipal, estadual e nacional afetam diretamente a nossa vida e a de quem nos rodeia. Essa verdade sempre existiu, mas se para muitos ela ainda não era absoluta, após essa experiência que estamos vivendo acabaram-se as dúvidas. É MUITO IMPORTANTE PENSAR BEM QUEM COLOCAREMOS NA DIREÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL.

O próximo prefeito da Capital deverá preparar-se para a transição que a cidade precisará fazer no fim da pandemia diante do eminente surgimento das tão esperadas vacinas e as crises do pós-covid-19: econômicas, sociais e sanitárias, elas demandarão ao novo ocupante do Paço Municipal muita experiência, diálogo permanente, decisões rápidas e muita liderança para conduzir a cidade nesse tortuoso percurso.

Para enfrentar os problemas que surgirão, alguns temas antigos e outros novos serão importantes nesse debate, tais como:

Integração metropolitana; o planejamento urbano; o papel do município na prevenção e combate à violência urbana e a preparação da cidade para o envelhecimento da população; geração de empregos e estímulo ao empreendedorismo; a reestruturação do sistema de saúde; zeladoria e infraestrutura; educação; assistência social; direito dos animais; meio ambiente; sustentabilidade; serão temas centrais para um governo que quer preparar a cidade para o futuro.

Dentro deste contexto, precisamos desenvolver a ideia de uma Porto Alegre inovadora, participativa e colaborativa, idealizando projetos e programas relacionados à melhoria da infraestrutura urbana, às questões sociais, inovação tecnológica, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social dos seus cidadãos. Buscamos uma cidade resiliente, atenta aos problemas e dificuldades do cotidiano dos cidadãos, com capacidade de resistir, absorver e se recuperar de forma eficiente dos efeitos de qualquer intempérie, seja ela climática, econômica, sanitária ou social. Para isso, foram definidas três grandes ideias alavancadoras da cidade que queremos e que são norteadoras. Quais sejam:

Uma cidade mais segura, mais moderna e mais colaborativa.

A elaboração dessas Diretrizes de Governo agrega conceitos técnicos às necessidades da vida real das pessoas, com o objetivo de tornar a gestão mais inovadora, o governo mais eficiente e mais próximo das pessoas. Neste sentido, organizamos o Plano de Governo em quatro eixos temáticos (gestão e participação, desenvolvimento econômico, social e urbano ambiental).

Cada eixo temático está subdividido em temas que serão colocados em prática de acordo com as condições e a realidade da Prefeitura a ser enfrentada pelo futuro prefeito. É importante ressaltar que este documento não tem a pretensão de esgotar todas as ações de governo, mas sim ser um instrumento norteador, onde a participação de todo o cidadão porto-alegrense será importante para a construção da nova gestão.

1 - EIXO DE GESTÃO E PARTICIPAÇÃO

Do ponto de vista da gestão, é preciso seguir investindo em iniciativas que aumentem a sua eficiência e eficácia. Tivemos, ao longo do tempo, importante participação em órgãos de gestão no município, com políticas públicas efetivas. Desde a iniciativa de instituir o Orçamento por Programas, que permitiu ao município ampliar muito o monitoramento do governo, passando pela implementação de ferramentas de monitoramento da gestão por programas transversais, as inovações implantada na participação popular onde a cidade é referência no mundo por conta do Orçamento Participativo, reunimos a experiência necessária para ampliar a participação dos cidadãos e aperfeiçoar os mecanismos de controle e destinação dos recursos. Esses são os pressupostos básicos para termos um governo que cuide dos recursos públicos, em que a transparência e a participação voltem a ser valores importantes para a gestão.

DIRETRIZES DO EIXO GESTÃO E PARTICIPAÇÃO:

1.Revisão do modelo de Gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).

Reestabelecer cronograma de funcionamento mensal, para gestão, e comparações do realizado X metas. O modelo de gestão utilizado até 2016 permitia uma visão geral dos principais programas de governo e a integração dos diversos órgãos da administração. Isso se perdeu no último período e precisa ser retomado.

Ter uma única fonte de dados e informações para comparações de desempenho que servirá de base mensal e acumulado do exercício fiscal e da gestão instalada. Medir cada área ou órgão detalhadamente, periodicamente, como fonte única para a gestão municipal organizada pela área de Planejamento e Gestão.

2.Sucessão de carreira e Plano de Carreira do servidor da PMPA.

Elaborar plano de sucessão e retomar a discussão do Plano de Carreira em parceria com os servidores municipais, considerando todas as peculiaridades, valorizando o quadro permanente e criando oportunidades a partir do conceito de meritocracia, onde se premia o bom servidor pela excelência do seu trabalho.

Desenvolver plano de ação em áreas estratégicas que deverão ser ocupadas por meio de programa de desenvolvimento das competências das lideranças. Garantir a solução de continuidade dos serviços, sem prejuízos e risco de paralisação.

Assegurar a transparência e a divulgação do processo de transição entre o plano existente e o novo plano, para garantir os resultados previstos e elaborados no Plano de carreira. Otimizar os recursos e a retenção de funcionários para o sucesso competitivo e para evitar rotatividade, que é uma constante limitação ao crescimento organizacional. Tratar o capital intelectual dos servidores como um importantíssimo ativo organizacional.

3. Racionalização das Secretarias da PMPA.

O atual governo criou uma grande confusão na estrutura pública municipal. Misturou áreas sem afinidade, extinguiu órgãos importantes, criou outros sem nenhuma eficácia, criou secretarias que, passados quatro anos, ainda não tem nem secretário titular, enfim, desestruturou completamente a máquina pública municipal que precisava de uma revisão e atualização, mas não foi o que aconteceu. Isso é fruto da ação de pessoas inexperientes que acreditaram na velha máxima que somente trazer a lógica empresarial para dentro do serviço público é a solução para todos os problemas. É preciso retomar a organização das estruturas públicas municipais, enxugar seus excessos, preservar estruturas importantes para a cidade e, acima de tudo, dar condições para que o capital intelectual existente no quadro funcional do município possa atuar com motivação e condições de trabalho para entregar o seu melhor para a cidade. Para tanto, é preciso identificar áreas fim e áreas meio da Prefeitura, racionalizar, reorganizar e reposicionar cada área, agrupando-as conforme seus objetos mais comuns e recuperando estruturas que existiam anteriormente e cumpriam importante papel na organização do município. Tudo isso precisa acontecer com foco em descomplicar a estrutura burocrática, facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos e aproximar o governo das pessoas.

4. Contingenciamento de custos.

Mapear os custos e despesas de cada área, secretarias, órgãos, colocando-se os valores, número de colaboradores e as verbas do orçamento do município. Separar custos e despesas fixas e os custos e despesas variáveis por centro de custos. Separar despesas com pessoal, encargos, verbas da área de pessoal, benefícios de área de pessoal e despesas de funcionamento. Consolidar o mapeamento de despesas e custos por áreas e tipos. Separar e identificar nas áreas, órgãos, secretarias as suas despesas e receitas individuais. Confrontar receitas, custos e despesas com resultado, obedecendo a metodologia estabelecida pelo governo e desenvolvendo o conceito de Unidade Estratégica de Negócios de todas as áreas da PMPA.

5. Fortalecimento do Orçamento Participativo.

Realizar assembleias anuais. Ordenar cada ano por tema como obras de infraestrutura, intercalado com demandas da área social. Destinar os recursos para investimentos do exercício da seguinte forma: 50% para pagamento de demandas novas; e 50% para pagamento do passivo (demandas antigas), isto sempre consultando às regiões e temáticas, para identificar como e quais demandas deverão ser atendidas.

Criar formas para atrair novos participantes, com atenção especial para jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais. Capacitar os atores sociais e gestores governamentais usando como fonte de informação da cidade o OBSERVA POA e fortalecendo o projeto de capacitação de lideranças e atores sociais.

Fortalecer a participação digital, ampliando ferramentas e estimulando novos atores a participar do processo de decisão. Entender o OP não somente como uma ferramenta de definição de orçamento e apresentação de demandas, mas como o canal direto de comunicação do governo com as comunidades. Devendo o governo estar sempre disponível para o diálogo, esclarecendo dúvidas, ouvindo as críticas e construindo em conjunto soluções.

6. Estímulos aos fundos sociais.

Divulgar as ações realizadas pelo Município no que tange aos conselhos municipais do idoso e da criança e do adolescente. Realizar campanhas de fidelização, certificando contribuintes que destinam parte do Imposto de Renda (IR) para os fundos públicos, através de eventos comemorativos como a Semana da Criança e do Adolescente, o Mês do Idoso e o aniversário da cidade. Trazer novos atores representativos para compor e qualificar os conselhos municipais.

Abrir espaços nas fundações e institutos de grandes empresas a pessoas representativas da sociedade, através dos conselhos setoriais para instituições como a OAB-RS, CRC-RS, Defensoria Pública e outros.

7. Fortalecimento dos conselhos municipais.

O atual governo realizou um verdadeiro desmonte nos conselhos municipais de direitos. Tentou por diversas vezes iniciativas legislativas para diminuir a participação popular, retirar poderes, reduzir a capacidade de fiscalização e acabar com a transparência dos atos governamentais. É preciso repactuar a relação do poder público com essas importantes ferramentas de participação e fiscalização.

Pretendemos criar ferramentas para fortalecer a formação e o aperfeiçoamento de conselheiros municipais, dando a eles um canal simplificado de acesso às informações das ações de governo em cada área. Fortalecendo e consolidando os mecanismos de participação social nos conselhos da cidade. Desenvolver ações para melhorar o funcionamento e a efetividade das suas ações no âmbito do município, sendo necessária a revitalização e a reorganização de cada um dos 29 conselhos. O que será feito com total e integral participação dos membros de cada conselho, em decisões tomadas de forma colegiada e participativa.

2 - EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Porto Alegre é uma cidade majoritariamente voltada para o setor de serviços (comércio), turismo (eventos e negócios) e a inovação. Precisamos ampliar esse leque de atividades, para tanto pretendemos fortalecer o turismo cultural e ambiental para que possam ser atividades complementares ao turismo de negócios e de eventos. Nessas áreas já temos iniciativas tomadas no governo Fortunati como a linha turismo e atividades culturais como o carnaval e a semana farroupilha que precisam ser fortalecidas.

Também precisaremos desenvolver as medidas necessárias para promover e impulsionar a economia local, com o objetivo de reverter a curva de desemprego e auxiliar na retomada do desenvolvimento econômico no pós-covid-19. Este modelo pretende melhorar a qualidade do trabalho, garantindo o respeito às normas, capacitando a população desempregada e promovendo a recuperação do emprego e da economia local.

Pretendemos implementar uma nova proposta de desenvolvimento econômico para Porto Alegre, baseada nas atividades de Desenvolvimento com Inovação, de modo a proceder à necessária reconversão das atividades produtivas, promovendo ações que incentivem setores da economia, gerando sinergias entre os centros pesquisa, o trabalho criativo/colaborativo desenvolvido de forma sistemática e a comunidade empresarial.

Esta proposta tem o objetivo de aumentar a base de conhecimento e o uso deste para criar novos produtos e procedimentos, a fim de favorecer os verdadeiros geradores de empregos, aproveitando as oportunidades e os espaços oferecidos em nossa cidade, elevando a autoestima e o nível de satisfação do cidadão, utilizando as ferramentas disponíveis na administração pública municipal como tributação, decretos, regulamentos, intervenções no espaço urbano, entre outros, para melhorar o ambiente de negócios e gerar oportunidades, especialmente para quem mais precisa.

DIRETRIZES DO EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:**1. Gerar emprego digno e equitativo.**

Implementar políticas de formação eficientes para o emprego, investindo na formação de capital intelectual. Desenvolver um observatório para a detecção e prospecção das tendências e da necessidade de trabalho por setor da economia, e através de canais de comunicação contínua entre as empresas e agências de emprego, ajustar a capacitação às exigências do mercado profissional.

Incentivar a geração de empregos de qualidade em termos de equidade e dignidade, com a eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação; fortalecendo o diálogo e a proteção social.

Propor políticas abrangentes para a melhoria das condições de trabalho, em parceria com o empregador, como ferramenta para melhorar a qualidade dos funcionários e da produtividade.

2. Apoiar a economia social de mercado, a atividade autônoma e os pequenos negócios.

Apoiar as iniciativas que criem novos postos de trabalho, com fomento a uma nova economia solidária e colaborativa, baseada na cooperação e no consenso mais do que na competição, e que visa promover o bem-estar para todos, aliado ao crescimento econômico sustentável.

Incentivar e promover o desenvolvimento de planos de negócios e outras ferramentas de planejamento estratégico voltadas para a cadeia produtiva de toda a cidade, respeitando as características de cada local. Promover a cooperação empresarial como forma de fortalecer as iniciativas e criar sinergias, aumentando a produtividade e proporcionando o acesso a novos mercados. Apoiar a criação das redes de incubadoras de empresas, objetivando promover o desenvolvimento integrado entre as empresas inovadoras, incubadoras de empresas em operação, parques tecnológicos e programas de incubação que venham a ser criados no município, atuando em prol do desenvolvimento social e econômico da cidade. Promover a utilização produtiva dos espaços e infraestruturas já existentes, vazios ou subutilizados (Quarto Distrito, Distrito Industrial da Restinga).

Desenvolver medidas de apoio às cooperativas e associações vinculadas ao agronegócio nas zonas rurais da cidade e promover o desenvolvimento comunitário, incentivando a criação de polos criativos em zonas residenciais, através de recursos financeiros oriundos do microcrédito, fortalecendo as economias locais e os pequenos empreendedores formais e informais.

3.Desburocratizar a implementação de atividades produtivas.

Simplificar os processos e procedimentos administrativos necessários para abertura e instalação de empresas, a fim de facilitar a sua criação, em especial as micros e pequenas, centralizando em um só lugar os procedimentos necessários para sua abertura, com o objetivo de diminuir os tempos de registro. Conceder, na medida do econômica e juridicamente possível, as empresas de tecnologia, as microempresas e aos empreendedores autônomos, vantagens em sua relação com o município em taxas, licenças, contratos, etc. Articular com as instituições financeiras a garantia de financiamentos para fortalecer o capital inicial das pequenas empresas e facilitar o seu desenvolvimento nos primeiros anos, reduzindo o custo de financiamento, através da assistência financeira e na busca do microcrédito. Estabelecer uma política constante de atração de investimentos estrangeiros com os critérios de responsabilidade social em coordenação com os organismos existentes e destacando a vantagem competitiva, logística de infraestrutura de Porto Alegre (aeroporto, rodovias e porto) e mão de obra qualificada.

4.Incentivar os setores orientados para o desenvolvimento econômico sustentável.

Adequar a legislação municipal às necessidades de desenvolvimento das micro e pequenas empresas, bem como do trabalho autônomo, através de sistemas colaborativos que facilitem a execução de trabalhos em grupos, incentivando, por exemplo, a implementação do comércio eletrônico (e-commerce) e organizando a reconversão de espaços. Incentivar a reconversão e reestruturação de espaços produtivos degradados e subutilizados, com base em um diagnóstico da situação atual, projetando as possibilidades do uso do solo em áreas urbanizadas, com foco na concepção de um polo tecnológico que aproveite estes espaços da cidade, cuja infraestrutura já é existente.

5.INOVAR: Desenvolver linhas estratégicas de novos tecidos produtivos, com respeito à vocação de cada região da cidade e as formas de arranjos sociais.

Desenvolver uma estratégia para promover o desenvolvimento econômico baseado em atividades de investigação e desenvolvimento mais inovação, melhorando a inter-relação entre os centros de investigação e pesquisa (universidades), os novos empreendedores e as empresas da cidade em especial aqueles relacionados, como a saúde, cultura, educação, ecologia, turismo entre outros.

PORTO ALEGRE SOMOS TODOS NÓS

PTB | PODEMOS | PATRIOTA | PSC

Articular a sinergia entre o turismo responsável e sustentável e uma nova indústria cultural, com particular referência a pequenas empresas voltadas à economia criativa instaladas nos polos criativos já existentes ou em outros a serem criados e incentivados. Instituir um plano de fomento aos serviços turísticos, com programas de formação específica, para o turismo de negócios, cultural e rural, rever e melhorar os critérios de hospitalidade de qualidade, alojamento, transporte e do emprego.

Continuar desenvolvendo, através do Pacto Alegre, a rede de inovação e cooperação empresarial promovendo a colaboração entre as universidades e as iniciativas empreendedoras, favorecendo a incorporação do jovem pesquisador nas empresas e, assim, retendo os talentos formados nas universidades de Porto Alegre na cidade. Promover o desenvolvimento de talentos através da criação de uma rede de espaços multifuncional para interação e troca criativa de empreendimentos inovadores (polos criativos), gerando sinergia entre os muitos centros pesquisa existentes em Porto Alegre, as empresas e a administração, para implementar a inovação através do trabalho em redes, potencializando a formação do novo tecido produtivo.

- Fortalecer o projeto 4D (Quarto Distrito):

Projeto foi idealizado e iniciado pela nossa gestão, a partir das missões técnicas lideradas pelo então prefeito José Fortunati ao Vale do Silício, Estados Unidos, e à Barcelona, na Espanha, onde iniciou a relação com José Piquet, que hoje é consultor do Pacto Alegre, iniciativa liderada por UNISINOS, PUC e UFRGS, inspirada no trabalho iniciado nesse período.

O projeto 4D pretende transformar essa região em um polo de economia criativa, atraindo empresas de alta tecnologia para a cidade. Esse trabalho contava em 2016 com a decisão das grandes universidades da cidade em instalar seus polos de tecnologia naquele local. O objetivo é ampliar o potencial de desenvolvimento da região, oferecendo a cidade para ser um laboratório gratuito onde as empresas possam experimentar os produtos tecnológicos em desenvolvimento aqui e, em contrapartida, a cidade passa a receber de forma gratuita a instalação de tecnologias de ponta.

Criar um ambiente adequado para atração de novos investimentos. Não é razoável que em uma cidade como Porto Alegre um empreendimento leve tanto tempo como leva hoje para obter todas as licenças necessárias para sua instalação. Para tanto, será implantado um órgão de licenciamento municipal que realmente concentre todas as instâncias necessárias para a liberação do empreendimento.

3 - EIXO SOCIAL

No novo ordenamento institucional brasileiro, os governos locais têm papel cada vez mais relevante na construção de um modelo de desenvolvimento com equidade social. Passou a ser competência dos municípios a realização de políticas sociais e, por extensão, a função de garantir os direitos sociais dos cidadãos. A norma constitucional atribuiu aos municípios a responsabilidade das políticas públicas de assistência social, de saúde e a manutenção de programas de educação infantil e de ensino fundamental, não elidindo as demais responsabilidades do administrador local, no papel de gestor da promoção do desenvolvimento humano.

A coligação reconhece os direitos sociais dos cidadãos e pauta sua possível gestão na prestação universal dos serviços de educação, saúde e assistência social, conjugados com o incentivo permanente à geração de trabalho e renda.

DIRETRIZES DO EIXO SOCIAL:**ASSISTÊNCIA SOCIAL****1. Modernizar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 0 a 6 anos e ampliar o serviço 7 a 60 anos. Universalização do turno inverso na rede escolar pública.**

Promover o fortalecimento de vínculos às famílias. Na gestão de Fortunati, já universalizamos as atividades de contra turno escolar em 100% da rede escolar do município. A ideia é oferecer esse atendimento também à rede estadual instalada na cidade. Hoje grande parte das crianças e adolescentes em idade escolar são matriculadas na rede estadual ou municipal de ensino. Com essa informação podemos saber quantas são e onde estão nossas crianças e adolescentes. Munidos dessa informação, usaremos todas as vagas disponíveis de atividades no turno inverso da escola existente e o que faltar financiaremos com a captação de recursos pagos por pessoas físicas e jurídicas no Imposto de Renda, que poderiam ser direcionados para projetos sociais na cidade e vão direto para o caixa do Governo Federal e não voltam. Estima-se que quase 500 milhões de reais poderiam ficar aqui mas empresários e cidadãos não direcionam para projetos sociais no momento de declarar o imposto de renda. Toda criança matriculada em escola pública da cidade terá no mínimo cinco turnos de atividades com estímulo a pesquisas científicas, culturais ou esportivas por semana e lá receberão orientações de como conviver em sociedade, preparação para o mundo do trabalho, formação pessoal e até profissional, com a oferta de bolsas remuneradas aos adolescentes.

2. Proteção e qualidade de vida para o Idoso.

Na gestão de José Fortunati, a Organização Mundial da Saúde (OMS) conferiu à Porto Alegre o título de Cidade Amiga do Idoso pelas políticas públicas e órgãos de controle e fiscalização existentes, como o Conselho Municipal do Idoso (COMUI). É preciso resgatar esse trabalho e estimular a formulação de uma cultura de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, assegurando um espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais, de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária. Identificar as necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida, propiciando vivências que valorizem as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários. Melhorar o acesso da população a serviços de atenção básica com qualidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica, garantindo o acesso sem ordem de chegada (antigas fichas) para o acolhimento, com identificação de necessidades (ou seja, pautado pelo princípio da equidade).

Para tanto, é necessário ampliar a política de horário estendido para serviços da atenção básica até às 20 horas em cada região de saúde, sendo avaliada a extensão do horário ou a manutenção conforme necessidade e condição epidemiológica da região.

3. População de rua.

Fortalecer a rede de atendimento à população em situação de rua precarizada pelo atual governo. Na gestão de José Fortunati, construímos o Plano de Enfrentamento à Situação de Rua, um trabalho feito a muitas mãos, que ouviu servidores, especialistas, entidades sociais e planejou a ação que na época deu grandes resultados. Esse trabalho foi perdido na atual gestão, vimos o número de vagas em albergues diminuir e o número de pessoas nas ruas aumentar drasticamente. Vamos implantar novamente os serviços de Consultório na Rua vinculados a profissionais redutores de danos que atendam essa população. Reordenar e fortalecer a rede de abrigagem. Garantir a transversalidade das ações, com equipes de atendimento multidisciplinares na abordagem social e na rede.

4. Inclusão de pessoas com deficiência.

Na gestão Fortunati as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência foram construídas em parceria com o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, precisamos retomar essa parceria.

Ampliar o número de praças com acesso e equipamentos adaptados para crianças e jovens e adultos com deficiência, através de parcerias público-privadas. Hoje existem apenas duas em Porto Alegre. Incentivar a inclusão social de crianças e jovens com deficiência e com necessidades educacionais especiais, através de projetos e programas sociais que envolvam cultura, esporte, cidadania e educação, construindo em parceria com a Secretaria Municipal de Juventude (SMJ) e outras, em conjunto com outros atores sociais.

SAÚDE

1. Fundo Municipal COVID-19

Em parceria com a bancada de vereadores do PTB, já apresentamos o projeto de lei criando o FUNCOVID. Ele será alimentado com recursos de diversas fontes para que, tão logo tenhamos a notícia do lançamento de uma vacina confiável e certificada pela academia científica, possamos ter recursos garantidos para comprá-la e rapidamente imunizar toda a população.

2. Reabrir e ampliar a rede do Programa Melhor em Casa.

Melhorar e ampliar a assistência no SUS a pacientes com agravos de saúde, que possam receber atendimento em casa e assim reduzir as reinternações hospitalares das pessoas, deixando-as mais tempo no convívio de sua casa e família, bem com reduzir a superlotação das portas de emergências dos hospitais e pronto-atendimentos.

Esse serviço começou a ser implantado pela gestão de José Fortunati. É preciso recuperá-lo e fortalecê-lo. Agilizar a recuperação de pacientes de cirurgias que poderão ser atendidos em casa, que, desta forma, terão redução dos riscos de contaminação e infecção. Aproximar o paciente do bem-estar, carinho e atenção da família, aliados à adequada assistência médica, são elementos importantes para a recuperação de doenças e redução da lotação dos leitos hospitalares.

3. Práticas integrativas e complementares

Desenvolver estratégias de atenção básica em Práticas Integrativas e Complementares. As terapias complementares são temas de cada vez mais estudos e estão invadindo centros médicos no Brasil e no mundo, onde o objetivo deste plano é desenvolver uma estratégia de implantação destas práticas em postos de saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A Medicina Integrativa como o próprio nome já refere não substitui as práticas tradicionais, mas sim integra o tratamento baseado em evidência com métodos que, em vez de focar num problema específico, buscam tratar o corpo como um todo, prevenido doenças e evitando que o cidadão tenha que acessar o sistema de saúde.

4. Implantar as motolâncias no atendimento de emergências.

Ampliar e agilizar as equipes de atendimento de emergências com serviços de motolância, que podem chegar, em média, de 3 (três) a 5 (cinco) minutos antes das equipes da ambulância, tempo suficiente para definir a manutenção de uma vida. Implantação das motolâncias na Rede Samu 192 de Porto Alegre, mediante criação do cargo de motossocorrista, vinculado à Secretaria de Saúde – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Reduzir a morbimortalidade tanto em eventos decorrentes de trauma quanto de causas clínicas, em decorrência do atendimento pré-hospitalar com menor tempo-resposta. Diminuir as sequelas, as complicações com menor tempo de internação e menor custo total do tratamento. Também costumam ser menores o tempo de reabilitação e o custo desta etapa. Alguns municípios também têm utilizado a estratégia de treinar voluntários em primeiros socorros que possam socorrer acidentados em regiões com maior incidência de acidentes.

5. Saúde voltada para Juventude.

Reativar e ampliar o atendimento do projeto “Fique Sabendo Jovem”, uma unidade móvel equipada com consultórios, em que podem ser realizados testes rápidos para HIV, sífilis e hepatite C, com segurança e privacidade, pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS), em parceria com a UNICEF. A proposta é a descentralização da programação do ônibus, levando-o para as comunidades mais distantes e menos favorecidas. Firmar ação conjunta entre secretarias para a realização de palestras sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e o uso de drogas, contando com a parceria de entidades comunitárias e demais entidades da sociedade civil, além de profissionais da área da saúde.

SEGURANÇA

Ampliar a participação do município na construção de uma cidade mais segura. O município ampliou sua contribuição na segurança urbana. Diversas pautas apresentadas por nós na eleição de 2016 foram implantadas pelo atual governo e a integração com a secretaria de Estado comanda pelo vice-governador, Delegado Ranolfo, melhoraram os números no combate a violência. Mas é preciso ampliar.

- Policiamento Ostensivo: Ampliar a participação dos guardas municipais existentes na prefeitura em locais de grande circulação como praças, parques e viadutos e vias urbanas. Melhor utilização do Fundo Municipal para a segurança pública, proposto e criado por nossa bancada na Câmara de Vereadores para receber recursos públicos e privados para pagamento de horas extras e equipamentos. Até hoje a atual gestão praticamente não estimulou a utilização dessa importante ferramenta. A experiência realizada na preparação da cidade para a copa do mundo demonstrou que sabemos como construir uma integração efetiva com as três esferas de governo na área da segurança pública e o quanto essa integração é importante. Neste período Guarda Municipal, Brigada Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Forças Armadas trabalharam em conjunto tanto no policiamento ostensivo quando na área de inteligência. Este será o objetivo da nossa política de segurança.

Inteligência:

Transformaremos o Centro Integrado de Comando do Município (CEIC) em uma central de inteligência. Na gestão de José Fortunati colocamos à disposição dos órgãos estaduais de segurança toda a estrutura do município, desde então nossas câmeras têm interface com os órgãos de segurança do Estado. O prefeito municipal comandará reunião mensal de avaliação e deliberação com a participação dos órgãos de segurança do Estado e os órgãos municipais. Orientaremos os agentes da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) para que se integrem a essa rede de inteligência para informarem situações estranhas e acompanhem ocorrências informadas pela Brigada Militar e Polícia Civil. Orientaremos os cidadãos e empresas para que adaptem sua tecnologia de câmeras de vigilância a uma tecnologia capaz de ser conectada ao sistema de vigilância municipal, assim ampliaremos sem custos os “olhos” do poder público na cidade.

1. Aplicativo Cidadão:

Hoje já existem diversos aplicativos que de forma dispersa e desarticulada que prestam algum tipo de serviço aos cidadãos da cidade, este é o problema. A dispersão de iniciativas e a falta de interface entre elas acabam confundindo o usuário e gerando mais confusão do que solução. É preciso centralizar a interface com as pessoas de uma maneira amigável, fácil e desburocratizada.

Nossa proposta é desenvolver um aplicativo que possa oferecer os mais diversos serviços para o cidadão da cidade. Nele será possível fazer pedido de qualquer serviço da cidade e acompanhar seu andamento, ter orientações de trânsito em tempo real, acompanhar em tempo real o tempo de deslocamento de sua linha de ônibus e até o tempo que levará até seu destino além de calcular o tempo de espera na parada de ônibus. Esse aplicativo funcionará até mesmo com um BOTÃO DE PÂNICO virtual, podendo acionar com um toque os órgãos de segurança através da central criada no CEIC.

EDUCAÇÃO

Na educação é preciso resgatar o diálogo com a comunidade escolar. A democracia sempre foi uma marca da cidade e na educação, apesar das diferentes visões esse sempre foi um valor respeitado por todos. Foi o diálogo com a comunidade escolar que construiu os projetos de capacitação continuada dos professores. Vamos resgatar o projeto de ampliação dos laboratórios e centros de TI's, a reforma e construção de novas escolas, retomaremos o convênio com o Banco Mundial que havíamos firmado no governo Fortunati e que aportaria U\$\$ 80 milhões de dólares na infraestrutura de educação do município. Recurso que, infelizmente, foram perdidos pelo atual governo que não levou o projeto adiante.

1. Educação infantil.

Temos um grande compromisso com essa política pública. Na gestão de José Fortunati construímos 66 escolas de educação infantil ampliando em muito a capacidade do município de atendimento dessa demanda. Entendemos profundamente a importância desse atendimento, não somente para contribuir com a formação das nossas crianças, mas também por dar condições aos pais, em especial às mães chefes de família, para buscar uma vaga no mercado de trabalho. Entendemos a necessidade de ampliar e qualificar o atendimento em creches e pré-escolas no município neste momento pós pandemia. Precisamos proporcionar um ambiente adequado para o desenvolvimento da criança em seus primeiros anos de vida. Integrar a educação infantil como uma etapa educativa e não apenas assistencial. Estender o horário de creches municipais e conveniadas com o Município de Porto Alegre, a fim de atender os filhos de mães trabalhadoras em horários alternativos.

2. Educação fundamental.

Priorizar a educação qualificando o ensino, reduzindo o insucesso escolar com a melhoria do IDEB e combatendo a evasão escolar. Estabelecer um padrão de excelência no ensino fundamental, baseado na gestão de uma política pública de ensino com gestores públicos capacitados, que tenham o olhar voltado para a qualidade do ensino, em especial aos componentes básicos do currículo (português, matemática), com foco no aprendizado eficiente e melhora no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede municipal, que acaba de ser classificado como um dos piores entre as capitais brasileiras. Também é preciso repactuar a relação com os professores, funcionários de escolas e direções, que foi rompido completamente pela atual gestão. Voltaremos a construir uma relação fraterna, franca, transparente e participativa com a comunidade escolar, recuperando assim a confiança de todos e estimulando o ator mais importante para que qualquer política educacional dê certo, O PROFESSOR.

3. Educação inclusiva.

Educação Inclusiva: Para efetivar um sistema educacional inclusivo, é necessário formar um grupo especializado de orientadores educacionais ou professores tutores, que auxiliem o professor da classe a acompanhar o trabalho da criança e do adolescente com necessidades educativas especiais, para ajudá-lo, tendo como eixo da política inclusiva o convívio com as diferenças no dia a dia das salas de aula.

4. Educar para o professor.

Estabelecer uma política eficiente de capacitação continuada que motive e qualifique os professores da rede pública municipal de ensino, apoiando-os em novas tecnologias, para uma prática mais efetiva no processo de aprendizagem. Valorizar os profissionais da educação com a análise e revisão dos Planos de Cargos e Salários.

5. Educar para a família.

Desenvolver atividades que promovam a integração entre as escolas, os serviços de saúde, as famílias e a comunidade, aproximando a vida da comunidade às escolas. Desenvolver ações que aproximem e valorizem a família como referência de unidade familiar e desenvolvimento social. Aproximar a escola e os serviços de saúde das famílias e da comunidade através de parcerias colaborativas e de inclusão social mostrando a importância da família para o desenvolvimento escolar e da educação dos alunos. Para tanto, deve-se valorizar o papel e a autonomia das instâncias de controle social.

6. Educação, qualificação e trabalho.

Tornar o programa de estágios nos órgãos municipais uma ferramenta de transformação social. Fomentar o jovem ao empreendedorismo, por meio de parceria, criando uma linha especial no Programa de Microcrédito, destinando financiamento a projetos de estudantes de baixa renda em fase de formação ou recém-formados, em nível técnico, tecnológico ou superior. Reativar o projeto de Capacitação Digital, direcionando-o para a qualificação e formação de jovens na área da tecnologia da informação. Criar iniciativas de transversalidade intersecretarias, como porta de entrada para a busca de uma relação do jovem com o mercado de trabalho. Estabelecendo também parcerias com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Jovem Aprendiz, Aprendiz Legal, Projeto Pescar.

7.Cultura

A cultura foi um dos setores mais fragilizados da cidade neste momento que vivemos. Não bastasse a pandemia e suas consequências para esse setor, a atual gestão os elegeu como exemplo negativo do mau uso dos recursos públicos. Do carnaval ao tradicionalismo, passando pela descentralização da cultura até a realização de eventos gratuitos executados pela iniciativa privada em áreas públicas, todos tiveram mudanças profundas na relação com o município, que tiveram como efeito prático a quase que extinção da atividade cultural da nossa cidade, em especial a da cultura popular, tornando Porto Alegre quase que uma “ZONA LIVRE DE CULTURA” no nosso Estado. Como se fosse possível promover cultura popular sem o incentivo, a promoção e muitas vezes o financiamento do poder público. Diante da atual crise que se avizinha, será necessária criatividade e paciência para retomar a capacidade e pujança cultural que a cidade já teve, mas temos a certeza que devolveremos à cidade a cultura popular, o carnaval, o tradicionalismo, a cultura de periferia, a efervescência do teatro e tantas outras vertentes que já tivemos. Pois povo sem cultura é povo sem identidade.

No carnaval será necessário um grande esforço entre o poder público e as entidades carnavalescas para recuperarmos essa antiga tradição da cidade. Construiremos com as entidades um calendário de retomada, não somente dos desfiles, mas de toda a cadeia produtiva que movimenta a economia criativa em torno da preparação das escolas. Não será uma tarefa fácil, pois o cenário pós pandemia aponta para um período de muitas dificuldades financeiras, mas as entidades carnavalescas apontam boas soluções que precisam de uma gestão que seja parceria e que entenda a importância cultural e econômica que o carnaval tem na nossa cidade.

Reativar e ampliar a participação e organização do Festival de Música da Juventude, promovendo eliminatórias nas 17 regiões do Orçamento Participativo (OP). Reativar o programa de Descentralização da Cultura, incentivando a cultura popular, com o fomento de projetos culturais e sociais voltado para jovens, nas 17 regiões do OP.

Qualificar e ampliar o atendimento no estúdio de gravação de áudio Geraldo Flach (Teatro de Câmara Túlio Piva), expandindo a participação de artistas da juventude. Organizar festivais culturais nas 17 regiões do OP, fomentando o teatro de rua, as artes plásticas, a música, a produção audiovisual, o grafite, dentre as mais diversas formas de cultura popular, praticadas pela juventude e que tratem de temas voltados para a juventude.

Reativar o projeto Juventude Protegida (palestras nas escolas), que leva a educação, a cultura, o entretenimento e a prevenção, estabelecendo ferramentas que visam a transformação social dos jovens. O projeto visa atrair e conscientizar o jovem por intermédio da cultura e da música.

8. Esporte

O esporte é muito mais do que uma ferramenta de estímulo a uma vida saudável. O esporte ajuda na formação do caráter, incentiva a integração social e protege as crianças e adolescentes da criminalidade. É preciso que os parques e praças tenham atividades esportivas permanentes como tínhamos no governo de José Fortunati. Parcerias com entidades sociais, conselhos profissionais e clubes sociais são muito importantes para atingir esse objetivo. Também é importante fomentar a prática esportiva nas escolas, realizando olimpíadas estudantis com seletivas regionais em diferentes áreas do esporte, firmando parcerias com centros esportivos locais.

Por meio de parcerias público-privadas (PPP's), ampliar e qualificar os espaços múltiplos para a prática de esportes como pistas de skate, quadras de futsal, basquete e voleibol. Criação de um programa de incentivo à prática esportiva, por meio de parcerias com escolas de artes marciais para a disponibilização de vagas jovens de baixa renda.

4 - EIXO DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL

Neste tema a coligação utiliza o conceito de desenvolvimento integrado entre as secretarias, desta forma, a temática ambiental e urbana deve fazer parte de preocupações prioritárias da administração acerca do modelo mais adequado de desenvolvimento. Assim, o combate à pobreza, as condições de insalubridade e as formas degradadoras de produção resultam na melhoria da qualidade de vida da população. Porto Alegre recebe todos os dias quase 700 mil pessoas que entram no início do dia e retornam para os municípios da região metropolitana. Neste contexto, a coligação prioriza ações do sistema de transporte pensando na integração dos modais existentes nos municípios da região metropolitana.

DIRETRIZES DO EIXO DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL:**1. Compilação das legislações.**

Compilar as legislações urbanísticas, ambientais e outras para a melhoria do setor de aprovação, dando transparência e auxiliando na delimitação de tempo e tramitação de processos. Divulgar e propiciar intercâmbios com técnicos dessas áreas para esclarecimentos e aprimoramentos das legislações de forma intensiva.

2. Fiscalização efetiva.

Reunindo no mesmo espaço físico todos os agentes de fiscalização através de alteração de legislação municipal vigente. Incluindo os procedimentos administrativos pertencentes a própria ação fiscal. Efetivar o serviço de fiscalização com auxílio da tecnologia. Desenvolver conceito de gestão integrada. Fortalecer a própria ação fiscal. Promover o diálogo intenso com as diversas esferas fiscalizatórias. Envolver o cidadão no papel de cuidador da cidade.

3. Central de Serviços de Conservação.

Unificar, organizar e gerenciar as demandas dos serviços de conservação do município que são prestados pelos diversos Órgãos da PMPA: Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae)/ Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) - extinto, melhorias de vias Divisão de Conservação de Vias Urbanas (DCVU), Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS). Criação de uma supervisão-geral e diretorias, que estarão sediadas em um único local, para que a interlocução e transversalidade entre os órgãos sejam eficientes e eficazes. Esta supervisão estará ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito.

4. Meio ambiente.

Definir o licenciamento ambiental como prioridade da PMPA. Agilizar o processo de licença ambiental, visto que o município só licencia ambientalmente por delegação, através de convênios com o Governo do Estado do RS, cabendo à Smams tal tarefa. Alterar o organograma da Supervisão de Meio Ambiente, gerando uma única equipe de licenciamento, de forma a analisar e vistoriar de maneira multidisciplinar os projetos e empreendimentos em foco. Esta ação resultaria em parecer único a ser encaminhado às comissões de aprovação da PMPA. Compilar a legislação, aportar novos técnicos, implantar sistemas de produtividade e outras tecnologias para agilizar o processo.

5. Serviços ambientais.

Realizar de forma integrada os serviços ambientais de manejo da vegetação (poda, supressão e retirada de troncos), capina e roçada (em praças e verdes complementares), manutenção de equipamentos (bancos, brinquedos e telamentos), através de gerenciamento e controle centralizado pela PMPA. Atender através de uma Central de Serviços com atendimento 24 horas os serviços prioritários (em situação de risco) ou emergenciais. Avaliar a gestão dos cemitérios municipais através de parcerias público-privadas. Promover os serviços de elaboração de projetos das praças, objetivando a urbanização desses espaços. Elaborar cadastro georreferenciado de toda a vegetação pública.

6. Direitos Animais.

No governo de José Fortunati, criamos a Secretaria Especial do Direito Animais (SEDA), que tinha o compromisso de atender à população com critérios e planejamento, sempre cumprindo o que a lei determina, otimizando os recursos para que os resultados sejam atingidos da melhor maneira.

Para nós, a cada dia a causa animal exige esforços humanos para atender a demanda na Capital, e, portanto, há necessidade do retorno dessa política pública para que possamos retomar o trabalho que era realizado e para que a cidade volte a ter critérios claros para melhorar a qualidade do serviço prestado. A SEDA recebia semanalmente, através do 156, uma média de 300 solicitações. Todas as demandas eram organizadas por chegada e/ou urgência e atendidas pelas equipes de fiscalização e de médicos veterinários. Esse serviço deixou um legado na cidade e precisa ser retomado.

Retomaremos e fortaleceremos a Unidade de Saúde Veterinária Vitória (hospital veterinário). Construído e equipado durante a gestão Fortunati com recursos integralmente privados, foi completamente sucateado na atual gestão.

7. Resíduos sólidos.

Reavaliar o acordo de Cooperação Técnica nº ECE 221/2006 entre CGTE, Eletrobrás e PMPA/DMLU. Implantar o Projeto Ecoparque com a utilização de resíduos sólidos na produção de biogás para a geração de energia elétrica. O projeto contribui para a redução de gases do efeito estufa, liberando créditos no mercado de carbono e o correto gerenciamento dos resíduos, sendo fator de geração de trabalho e renda. Reavaliar o contrato de transporte e destinação dos resíduos sólidos urbanos de Porto Alegre a Minas do Leão.

8. Eficiência Energética.

Utilizar fontes de energias renováveis mais baratas como a energia solar, estendendo esse sistema de energia solar em todos os prédios públicos, pois a prefeitura gasta em torno de 100 milhões de reais em energia elétrica por ano. Diversas organizações internacionais financiam iniciativas de redução do consumo de energia elétrica com recursos dos fundos de compensação de Carbono, fruto de um esforço mundial para a redução da emissão de CO2 na atmosfera. Trabalhar para reduzir a emissão de CO2 na cidade, criando estímulos para conversão da frota de ônibus (maior emissor de CO2 segundo inventário de emissão de carbono) em combustível não fóssil.

9. Meio urbano.

Eficientizar os serviços de aprovação de projetos através da junção da Secretaria de Urbanismo e do Escritório de Projetos. Isso possibilitará a concentração física de toda a estrutura de aprovação de projetos, permitindo o monitoramento do tempo de tramitação dos expedientes, desde a entrada até sua liberação. Viabilizar uma Central de Aprovação de Projetos – CAP, com a participação de todas as secretarias envolvidas no processo dentro de uma estrutura única multidisciplinar. CAUGE, CTAAPS, CAADHAP, CTARF serão contempladas dentro da CAP. A partir da compilação da legislação urbanística e ambiental, o responsável técnico assume a responsabilidade do atendimento dessa legislação, através de anotação de responsabilidade técnica e assinatura de manual de procedimento específico para esse tipo de aprovação.

10. Regularização Fundiária.

No governo Fortunati ampliamos a regularização fundiária sob a coordenação da PGM e alcançamos excelentes resultados com esse trabalho. Vamos retomar a política de Regularização Fundiária do Município. Mapear áreas a regularizar e as passíveis de regularização. Promover o congelamento da Regularização Fundiária com a finalidade de evitar novos adensamentos. Fiscalizar ações, contratos, o local antes, durante e depois do processo. Implementar educação ambiental. Avaliar a possibilidade de emissão de licença ambiental única para os casos sem incidência de obras e licença ambiental especial para os casos de incidência com a anexação do cronograma de obras. Estimular utilização de PPP's. Estimular e fomentar o cooperativismo. Melhorar a eficiência da gestão da carteira hipotecária, com a finalidade de potencializar a política habitacional vocacionada ao financiamento. Através de parcerias privadas, converter próprios municipais em projetos habitacionais para população de baixa renda. Também trabalharemos para implementar a regularização da Zona Rural de Porto Alegre em parceria com o INCRA.

11. Mobilidade Urbana.

O sistema de transporte público está em colapso, é preciso que o poder público seja ágil para encontrar soluções de curto, médio e longo prazo para financiar o sistema, antes que ele entre em colapso. O atual governo tentou diversas iniciativas desastradas, algumas quase cinematográficas. Parecia mais preocupado em tirar o problema do seu colo do que em encontrar uma solução real.

No curto prazo é preciso pressionar o governo federal e o congresso para que avalie e aprove uma série de iniciativas existentes em Brasília para desonerar o setor e repassar aos municípios, para que viabilizem o subsídio necessário para esse momento de emergência e colapso. Desde 2013, quando foi presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, José Fortunati trabalhou para que o governo federal desse sua parcela de contribuição para a solução da crise no transporte urbano. O projeto que cria o Reitup, que está tramitando no Congresso Nacional, prevê incentivos fiscais para empresas de transporte público por meio de isenção do PIS e da Cofins para a compra de combustíveis e equipamentos, como chassis e pneus. Em contrapartida, as empresas se comprometeriam a implementar medidas como o bilhete único, entre outros.

No médio prazo é preciso um grande pacto pelo transporte público, no primeiro ano de governo todos os setores precisarão sentar à mesa e definir a parcela de sacrifício de cada um para recuperar a sustentabilidade do modal rodoviário. Não há fórmula pronta, existem boas práticas e bons exemplos em todo o mundo, mas nosso modal é único. Formaremos um grupo técnico de trabalho com representantes de todos os setores e governos para que em prazo curto apresentem as alterações legislativas e estruturais necessárias para que coloquemos nosso sistema em pé novamente.

No longo prazo reativar o projeto existente dos BRTs buscando novas formas de financiamento do projeto. Para desenvolver uma cidade moderna, o transporte público precisa ser confiável, seguro e de qualidade e, assim, reduzir o número de carros nas ruas e garantir a mobilidade da cidade. Para tanto, será efetivada a instalação do sistema BRT na cidade, onde a tecnologia dará a ele a confiabilidade e qualidade necessária para que o cidadão se sinta confortável para deixar seu carro em casa. Para alcançar este objetivo, os novos veículos da frota vêm equipados com sistema GPS, com ele teremos paradas mais inteligentes que informarão quanto tempo o veículo vai demorar para chegar. Os BRT's também terão integrado um sistema que se comunicará com a sinaleira, liberando o sinal verde quando o ônibus se aproximar. Viabilizar a integração metropolitana aos modais do sistema de transporte municipal. Buscar financiamentos para implantar projeto alternativo ao metrô na Av. Assis Brasil como, por exemplo, o sistema VLT. Permitir melhor integração com a região metropolitana e possibilidade de exploração da mobilidade fluvial de transporte.

12. Uma cidade mais colaborativa.

Fiscal Cidadão: Alteraremos as legislações existentes para que o cidadão possa ser um fiscal da cidade. Através do mesmo aplicativo já citado neste texto, o cidadão poderá fotografar, filmar e enviar ao poder público qualquer violação pública. Desde o descarte de lixo irregular até infrações de trânsito, o registro via aplicativo terá fé pública necessária para que seja suficiente como prova para que o município tome as medidas necessárias com o infrator.

Cidadão Legal: O Orçamento Participativo, que fez nossa cidade conhecida em todo o mundo, é o maior exemplo de como Porto Alegre é colaborativa. Precisamos estimular essa vocação. Formaremos brigadas cidadãs, treinando porto-alegrenses que possam agir em situações extremas mesmo antes do poder público conseguir agir. Desde grandes eventos climáticos até um simples sinal de trânsito apagado, o cidadão orientado pelo poder público pode tomar a iniciativa de ajudar a restabelecer a normalidade. Esse é o princípio das cidades resilientes.

Parceria Privada: Cada vez mais se consolida na visão dos maiores urbanistas do mundo que o poder público não pode ser o único responsável pela exploração, ocupação e ordenamento do espaço público. É preciso identificar vocações que a iniciativa privada tenha para, prestando algum tipo de serviço público, obter remuneração para que o investimento feito no público seja sustentável e gere algum tipo de benefício direto ou indireto ao privado. Os equipamentos comerciais de parques e praças, a exploração dos espaços comerciais das estações dos BRTs, e em diversas outras situações. O importante é nunca abrir mão da regulação pública e do caráter democrático dos espaços urbanos, garantidas essas premissas básicas, toda a parceria séria e transparente, que permita a livre concorrência dos entes privados para auxiliar na manutenção dos espaços públicos, será sempre bem-vinda.

COLIGAÇÃO

PORTO ALEGRE SOMOS TODOS NÓS

PTB | PODEMOS | PATRIOTA | PSC